

ÍNDICE

1 - Enquadramento	3
2 - Metodologia	4
3 - A Atividade Municipal em 2021 e perspetivas futuras	6
4 – Execução Orçamental	9
4.1 - Introdução.....	9
4.2 – Execução Orçamental.....	10
4.3 – Evolução Agregada da Receita e da Despesa	11
4.4 – Estrutura e Evolução da Receita.....	13
4.5 – Estrutura e Evolução da Despesa	18
4.6 – Estrutura e Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP)	23
4.7 – Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM)	24
4.8 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	25
5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica	26
5.1 – Balanço	26
5.2 – Demonstração de Resultados	29
5.3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	31
5.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	32
5.5 – Contabilidade de Gestão	33
5.6 – Dívida do Município	34
6 – Indicadores de Gestão	36
6.1 - Indicadores de natureza orçamental	36
6.2 - Indicadores de natureza financeira.....	38
7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício	39
8 – Proposta de Aplicação dos Resultados	40

1 - Enquadramento

Nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Importa referir que as Contas são prestadas tendo como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, cuja entrada em vigor nas Autarquias Locais foi sucessivamente adiada pelo Governo até 01-01-2020.

Um dos documentos de prestação de contas é o **Relatório de Gestão** que na vigência do SNC-AP traz uma nova visão que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas.

Tal informação destina-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social do concelho. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º2 do artigo 27.º da Lei n.º75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro (na sua atual redação), que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o Município remeterá à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

Refira-se que o Município de Odemira não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º75.º do regime financeiro das autarquias locais.

2 - Metodologia

Conforme disposto no SNC-AP o sistema contabilístico das Administrações Públicas passa a contemplar os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

O SNC -AP assenta, nomeadamente:

- Numa estrutura conceptual da informação financeira pública;
- Em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS (International Public Sector Accounting Standards);
- Em modelos de demonstrações financeiras;
- Numa norma relativa à contabilidade orçamental;
- Num plano de contas multidimensional;
- Numa norma de contabilidade de gestão.

Assim, a **Prestação de Contas** para além de integrar o **Relatório de Gestão**, apresentado no volume I, é composta por **demonstrações orçamentais e financeiras de relato** que transmitem a imagem da Autarquia no final do exercício, bem como, por outros documentos e mapas que se destinam à análise do Tribunal de Contas, apresentados no volume IV.

As **Demonstrações Orçamentais** que decorrem do disposto no subsistema de contabilidade orçamental apresentam informação, designadamente, sobre dotações, alterações orçamentais, cabimentos, compromissos, obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos. São apresentadas no volume II e consistem em:

- Mapas de Demonstrações Orçamentais:
 - Demonstração de desempenho orçamental
 - Demonstração de execução orçamental da receita
 - Demonstração de execução orçamental da despesa
 - Demonstração de execução das Grandes Opções do Plano (GOP)
 - Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
 - Demonstração de execução do Plano de Atividades Municipal (PAM)
- Anexo às Demonstrações Orçamentais

As **Demonstrações Financeiras** que decorrem do disposto no subsistema de contabilidade financeira proporcionam informação sobre os recursos, obrigações, gastos suportados e rendimentos obtidos à data de relato, bem como, sobre os fluxos de recursos entre datas de relato. São apresentadas no volume III e consistem em:

- Mapas de Demonstrações Financeiras:
 - Balanço
 - Demonstração dos resultados por natureza
 - Demonstração das alterações no património líquido
 - Demonstração de fluxos de caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras

O **subsistema de contabilidade de gestão** que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, permite a avaliação do resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, bem como, a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões. Dada a complexidade do novo normativo contabilístico, a que se junta a situação de pandemia em que nos encontramos, não foi ainda possível a sua adequada implementação.

Dando cumprimento ao disposto no n.º3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais (na sua atual redação), é apresentado, no Volume V, documento elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada pela Assembleia Municipal, que contém a **Certificação Legal de Contas** e o **Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas**, nos termos previstos no art.º 77.º daquele normativo.

Relativamente ao relatório da atividade desenvolvida pela autarquia, foram obtidos os dados necessários com o contributo de todos os serviços, sendo de realçar que, presentemente, as unidades orgânicas do Município produzem relatórios trimestrais de atividade.

3 - A Atividade Municipal em 2021 e perspectivas futuras

O ano de 2021 acumulou três desafios muito relevantes em termos de gestão política do território sendo que um deles obrigará, nos próximos anos, a um trabalho de valorização e de afirmação das vantagens em visitar, viver e trabalhar/investir no nosso concelho.

O **primeiro desafio** foi gerir e ultrapassar a fase mais complexa da pandemia de Covid-19 em Odemira. O final de 2020 e o início de 2021 constituiu-se como um período marcado por um crescimento exponencial de casos, de internamentos e de mortes a nível nacional. É neste contexto que, no nosso concelho, são tomadas, pelo governo, medidas drásticas que levam à criação de uma “cerca sanitária” que isola, durante algumas semanas, as populações das freguesias de São Teotónio e Longueira Almogrove. Entre o dia 30 de abril e as zero horas do dia 12 de maio o concelho de Odemira enfrentou um dos problemas mais complexos da sua história e esteve, a cada segundo, nas televisões nacionais e esse é um facto muito significativo, do ponto de vista do condicionalismo, da atividade municipal durante todo o primeiro semestre do ano de 2021.

A este propósito **importa deixar nota histórica e realçar**: o trabalho de todos os funcionários municipais que estiveram nas diferentes linhas de suporte à atividade municipal e de serviço aos cidadãos; a capacidade de resiliência e de coesão que os órgãos municipais Assembleia Municipal (presidida por Ana Aleixo) e Câmara Municipal (presidida por José Alberto Guerreiro) souberam demonstrar num momento absolutamente crítico a nível municipal; o empenho abnegado, no apoio às populações, de todos os presidentes de junta de freguesia, com especial enfoque nos presidentes de junta de freguesia de São Teotónio (Dário Guerreiro) e de Longueira Almogrove (Glória Pacheco) que assumiram, todos os dias, a primeira linha de embate aos problemas gigantescos criados por uma “cerca sanitária” sobre a população daquelas freguesias; o trabalho dos profissionais de saúde do concelho que enfrentaram uma situação inusitada com a dedicação e o empenho que todos os nossos cidadãos mereciam; e, finalmente, o sentido cívico, a determinação e a capacidade de resistir, com bom senso, que toda a população do nosso concelho foi capaz de evidenciar.

Se este foi um momento único no nosso concelho é de realçar que todos, sem exceção, foram capazes de estar à altura do momento.

O **segundo desafio** passou por manter, de forma regular, a atividade municipal a funcionar, bem como contribuir para a recuperação económica e social do concelho, num cenário pós pandemia que foi sendo anunciado e sucessivamente adiado durante todo o primeiro semestre do ano.

É neste contexto que todos os grandes eventos municipais foram, mais uma vez, adiados e que a preparação de boa parte da ação municipal no terreno foi fortemente condicionada pela incerteza e pelos sucessivos concursos públicos de empreitadas que ficaram sem empresas concorrentes. Obras com elevado valor financeiro e com fundos comunitários comprometidos, previstas para serem iniciadas e/ou reiniciadas em 2021, como o Centro Escolar de São Luís, a reabilitação urbana de Zambujeira do Mar (2.ª fase), a reabilitação urbana de Vila Nova de Milfontes (4.ª fase) e o Centro de Atividades Ocupacionais da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO) sofreram, novos e preocupantes, adiamentos.

Ainda assim, é neste contexto complexo, que são iniciadas um conjunto de obras impactantes tais como as relativas à valorização do Rio Mira, o parque de caravanas de Santa Clara-a-Velha, as obras na Rede de Esgotos e ETAR de Foros da Caiada, a Beneficiação da Casa da “Quinta da Estrela” em Odemira, a Remodelação do Edifício Municipal confinante com a Praça da República e a Reabilitação da Cerca da Fábrica em Sabóia (novo espaço para a fixação de empresas).

É aprovada a primeira Estratégia Local de Habitação no Concelho de Odemira. São, ainda, assegurados avanços significativos em processos como: os planos de pormenor, com efeitos registrais (regularização e ordenamento), do Cruzamento do Almogrove e de Entrada da Barca; a revisão do Plano Diretor Municipal; e no processo negocial, com todas as entidades envolvidas, para a aprovação do plano de urbanização para a Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rustica (AFIPR) a norte de Vila Nova de Milfontes.

São assegurados/mantidos, independentemente de um contexto fortemente limitante a todas as atividades, sejam elas culturais, sociais, desportivas e/ou educativas, apoios diversos aos agentes locais, facto que contribuiu de forma decisiva para que as associações e coletividades locais subsistissem e que continuassem com uma atividade mínima e/ou com o seu apoio de base a quem mais precisava. A face mais visível desse apoio foi consubstanciada no apoio a custos adicionais que a pandemia criou às nossas IPSSs.

É, também neste contexto de incerteza, que foi preparada a época balnear de 2021 que, efetivamente, aconteceu e que resultou num renovado sentimento de esperança para todos os agentes turísticos do concelho. Paralelamente ao retorno da atividade turística importa realçar que a atividade agrícola, outro dos pilares económicos e sociais do concelho, foi capaz de manter, com um pequeno sobressalto durante a “cerca sanitária”, a sua atividade produtiva e de expedição durante todo o tempo da pandemia.

Em resumo, relativamente a este segundo desafio, as contas de 2021 traduzem, em números, a capacidade que a estrutura municipal foi capaz de realizar donde a realização da receita corrente bem como a realização de despesa corrente tiveram um comportamento francamente positivo, mas onde a realização da receita de capital e, fundamentalmente, a despesa de capital ficaram muito aquém da previsão/dotação inicial. O que está evidenciado nestes números é o bom desempenho da atividade regular municipal seja no seu funcionamento interno, seja no apoio às pessoas, às instituições e às coletividades do concelho. Por outro lado, os números, realçam a dificuldade, que já foi referida, na realização dos investimentos previstos e que, não dependendo do desempenho municipal, foram fortemente condicionados pela ausência de empresas candidatas à sua realização.

O **terceiro desafio** está associado ao facto de ser um ano de eleições para os órgãos municipais e que, cumulativamente, correspondiam, de forma obrigatória, à eleição de um presidente de câmara diferente, para além de um novo executivo municipal. Este desafio, à atividade municipal, cria constrangimentos, independentemente da qualidade dos planeamentos, associados à necessidade de validar caminhos, projetos e/ou modelos internos de funcionamento. Mesmo que este quadro eleitoral tenha tido influência direta e profunda no último trimestre do ano de 2021 (tomada de posse em 11 de outubro de 2021), os seus efeitos indiretos têm uma abrangência que se pode traduzir, temporalmente, ao último semestre do ano.

O resultado direto, que se traduz em ações impactantes e desenvolvidas pelo atual executivo municipal podem ser resumidas na auscultação de todos os funcionários municipais sobre condições de trabalho e perspetivas de futuro para uma melhor governação municipal, pela alteração profunda na orgânica municipal que passa de 7 unidades orgânicas de grandes dimensões para 17 novas unidades orgânicas onde se pretende privilegiar a proximidade dirigentes/funcionários, uma maior focagem de cada unidade e incrementar a colaboração entre unidades orgânicas para uma ação mais integrada na resolução dos problemas.

Acresce, à forte ação interna, o início da reabilitação urbana de Vila Nova de Milfontes (4.ª fase), a focagem no lançamento de novos concursos para a concretização das intervenções com financiamento dos fundos comunitários como sejam o Centro Escolar de São Luís, a reabilitação urbana de Zambujeira do Mar (2.ª fase), o Centro de Valorização da Viola Campaniça em São Martinho das Amoreiras e o Centro de Atividades Ocupacionais da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO).

Para além das ações imediatas importa realçar o início da construção de um **ecossistema participativo** a nível municipal que tem como ação inicial a implementação do Fórum do Território (primeira sessão realizada em dezembro de 2021) e na preparação da iniciativa “semana aberta” que se consubstancia num conjunto de reuniões e eventos, com a presença do executivo municipal, durante uma semana, num conjunto de freguesias (primeira ação nas freguesias de Luzianes Gare, Santa Clara-a-Velha e Saboia), onde o objetivo principal é fomentar a proximidade entre o executivo municipal e a população.

Em jeito de conclusão, 2021 foi um ano marcado por dois períodos distintos, mas igualmente complexos. Um primeiro semestre marcado por um momento único na história do concelho onde a gestão da pandemia se constituiu como a ação mais marcante e um segundo semestre onde a preparação das eleições autárquicas e o seu resultado foram os protagonistas que resultam num novo mandato autárquico e, desde logo, numa nova orgânica municipal. É por toda esta transformação que a ideia que presidiu ao momento inicial do presente mandato seja inspirada em *Yuval Noah Harari* onde se afirma que “*o recurso económico, e político, mais importante é a confiança no futuro*”. É assim, de facto. Importa confiar no futuro porque o ano de 2021, sendo único, representa bem a capacidade coletiva de resiliência e de construir respostas em prol do bem-estar de todos.

4 – Execução Orçamental

4.1 - Introdução

O SNC-AP introduziu novos conceitos e novas formas de relato.

Assim, na execução orçamental apresentada as receitas e despesas com ativos e passivos financeiros surgem de forma autónoma para permitir obter e reportar valores relativos a agregados de receita e despesa efetiva e não efetiva, bem como, de despesa primária, que são apresentados em conjunto com os saldos respetivos para o período em análise e comparativamente ao período homólogo do ano anterior na Demonstração do Desempenho Orçamental.

É de referir que o SNC-AP alterou a forma de contabilização dos reembolsos e restituições do próprio ano que passaram a processar-se por anulação à receita e não por execução da despesa como acontecia no anterior regime contabilístico (POCAL). Como consequência, os montantes expressos na Demonstração de Desempenho Orçamental com implicação nos saldos de tesouraria referem-se à receita cobrada líquida.

De forma a ser possível a comparabilidade, os valores constantes da Receita em 2019 e 2018 referem-se à Receita Cobrada Bruta.

Importa também referir que, no novo regime contabilístico, as taxas aplicadas a empresas deixaram de ser contabilizadas como impostos indiretos (como acontecia no POCAL) passando a ser contabilizadas como taxas.

4.2 – Execução Orçamental

O quadro seguinte apresenta um resumo da execução orçamental no ano de 2021, bem como, o seu grau de execução relativamente à previsão/dotação corrigida. Apresenta, ainda, a previsão/dotação inicial e o peso estrutural de cada tipologia de receita e despesa.

Execução Orçamental 2021	Previsão/Dotação Inicial	Previsão/Dotação Corrigida *1	Execução (valor) *2	Grau de Execução (%)	peso estrutural (%)
Receita Total	36.660.000,00 €	42.415.988,94 €	41.650.965,98 €	98,20%	100,00%
Receitas Correntes	30.830.000,00 €	32.735.000,00 €	32.041.708,87 €	97,88%	76,93%
Receitas de Capital	5.830.000,00 €	3.210.000,00 €	3.149.052,65 €	98,10%	7,56%
Receitas com Ativos e Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00%
Outras Receitas	0,00 €	6.470.988,94 €	6.460.204,46 €	99,83%	15,51%
Despesa Total	36.660.000,00 €	42.415.988,94 €	32.295.696,53 €	76,14%	100,00%
Despesas Correntes	24.950.000,00 €	29.247.988,94 €	24.587.936,84 €	84,07%	76,13%
Despesas de Capital	10.890.000,00 €	12.348.000,00 €	6.889.524,28 €	55,79%	21,33%
Despesas com Ativos e Passivos Financeiros	820.000,00 €	820.000,00 €	818.235,41 €	99,78%	2,53%

*1: os valores da dotação corrigida e da execução das Outras Receitas incluem a incorporação do saldo da gerência anterior (6.448.988,94€).

*2: os valores constantes da Receita referem-se à Receita Cobrada Líquida.

A análise do quadro permite constatar uma execução da receita de 98,20% relativamente à previsão corrigida e uma execução da despesa de 76,14% relativamente à dotação corrigida.

Ao nível da receita podemos observar uma execução de 97,88% das receitas correntes e de 98,10% das receitas de capital. Constata-se ainda que, estruturalmente, as receitas correntes representam 76,93% da receita total arrecadada.

Ao nível da despesa podemos observar uma execução de 84,07% das despesas correntes, de 55,79% das despesas de capital e 99,78% das despesas com ativos e passivos financeiros. Constata-se ainda que, estruturalmente, as despesas correntes representam 76,13% da despesa total realizada.

4.3 – Evolução Agregada da Receita e da Despesa

Execução Orçamental comparativa	2018	2019	2020	2021	Δ (2021 / 2020)		Δ (2021 / média 2018 a 2020)	
Receita Total	28.492.884,41 €	31.490.389,54 €	31.284.372,82 €	35.201.977,04 €	3.917.604,22 €	12,52%	4.779.428,12 €	15,71%
Receitas Correntes	25.947.361,76 €	28.110.386,08 €	28.762.118,26 €	32.041.708,87 €	3.279.590,61 €	11,40%	4.435.086,84 €	16,07%
Receitas de Capital	2.532.940,70 €	3.366.184,20 €	2.499.303,77 €	3.149.052,65 €	649.748,88 €	26,00%	349.576,43 €	12,49%
Receitas com Ativos e Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	
Outras receitas	12.581,95 €	13.819,26 €	22.950,79 €	11.215,52 €	-11.735,27 €	-51,13%	-5.235,15 €	-31,82%
Despesa Total	29.038.882,42 €	29.783.577,55 €	29.520.901,81 €	32.295.696,53 €	2.774.794,72 €	9,40%	2.847.909,27 €	9,67%
Despesas Correntes	22.435.425,23 €	22.492.352,77 €	22.491.300,96 €	24.587.936,84 €	2.096.635,88 €	9,322%	2.114.910,52 €	9,41%
Despesas de Capital	5.325.394,67 €	6.321.958,36 €	6.167.413,65 €	6.889.524,28 €	722.110,63 €	11,71%	951.268,72 €	16,02%
Despesas com Ativos e Passivos Financeiros	1.278.062,52 €	969.266,42 €	862.187,20 €	818.235,41 €	-43.951,79 €	-5,10%	-218.269,97 €	-21,06%

Nota 1: os valores constantes da Receita em 2021 e 2020 referem-se à receita cobrada líquida; os valores de 2018 e 2019 referem-se à Receita Cobrada Bruta, de forma a permitir a comparabilidade.
Nota 2: a execução das Outras Receitas não inclui a incorporação dos saldos de gerência de forma a não deturpar a análise comparativa.

A análise do quadro acima permite-nos verificar, em 2021, níveis de execução orçamental superiores ao ano transato.

Ao nível da receita, a comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2020, 2019 e 2018) permite-nos aferir um aumento (15,71%), verificando-se um crescimento de arrecadação de receita corrente ao longo do quadriénio. O ano de 2021 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental de receita corrente dos anos elencados.

Ao nível da despesa, a comparação relativamente aos 3 anos anteriores permite-nos aferir um aumento (9,67%), verificando-se um crescimento de execução de despesa ao longo do quadriénio. O ano de 2021 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental da despesa corrente e da despesa de capital dos anos elencados.

Agregados Orçamentais	2018	2019	2020	2021	Conceitos
Receita Total	28.492.884,41 €	31.490.389,54 €	31.284.372,82 €	35.201.977,04 €	corresponde ao somatório de: receita corrente; receita de capital; receita com ativos e passivos financeiros; outras receitas
Receita Não Efetiva	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	corresponde à receita resultante de ativos e passivos financeiros
Receita Efetiva	28.492.884,41 €	31.490.389,54 €	31.284.372,82 €	35.201.977,04 €	corresponde à receita total deduzida de ativos e passivos financeiros
Despesa Total	29.038.882,42 €	29.783.577,55 €	29.520.901,81 €	32.295.696,53 €	corresponde ao somatório de: despesa corrente; despesa de capital; despesas com ativos e passivos financeiros
Despesa Não Efetiva	1.278.062,52 €	969.266,42 €	862.187,20 €	818.235,41 €	corresponde à despesa resultante de ativos e passivos financeiros
Despesa Efetiva	27.760.819,90 €	28.814.311,13 €	28.658.714,61 €	31.477.461,12 €	corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros
Despesa Primária	27.740.661,57 €	28.794.059,05 €	28.642.729,17 €	31.467.662,33 €	corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos
Saldo Total	-545.998,01 €	1.706.811,99 €	1.763.471,01 €	2.906.280,51 €	corresponde à diferença entre receita total e despesa total
Saldo Corrente	3.511.936,53 €	5.618.033,31 €	6.270.817,30 €	7.453.772,03 €	corresponde à diferença entre receita corrente e despesa corrente
Saldo de Capital	-2.792.453,97 €	-2.955.774,16 €	-3.668.109,88 €	-3.740.471,63 €	corresponde à diferença entre receita de capital e despesa de capital
Saldo Global	732.064,51 €	2.676.078,41 €	2.625.658,21 €	3.724.515,92 €	corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva
Saldo Primário	752.222,84 €	2.696.330,49 €	2.641.643,65 €	3.734.314,71 €	corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva deduzida dos juros pagos

Os Agregados apresentados permitem-nos perceber que, em 2021, a receita arrecadada pelo Município foi superior à despesa paga num montante superior a 2.900.000€.

Apesar do aumento observado na despesa em 2021 relativamente a 2020, constata-se um ainda maior aumento da receita arrecadada levando a que o saldo total seja superior ao de 2020; constata-se, igualmente, que aquele saldo também é superior aos dos anos 2019 e 2018.

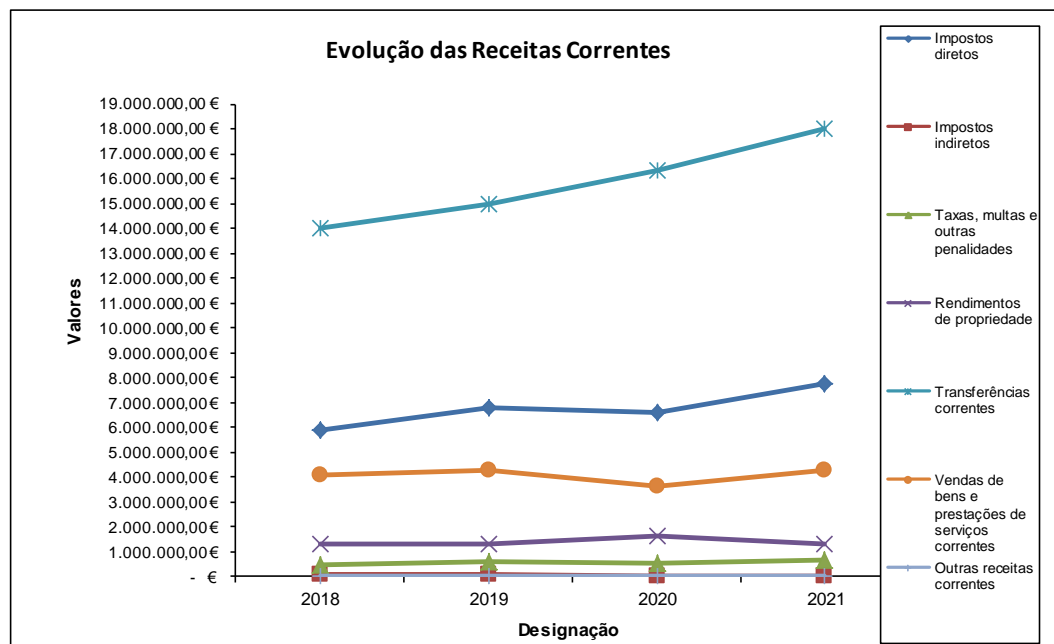
Podemos também inferir do quadro que, ao longo do quadriénio, o Município apresenta saldos correntes positivos e saldos de capital negativos; em 2021 apresenta um saldo global e um saldo primário acima dos 3.700.000€.

4.4 – Estrutura e Evolução da Receita

Receitas Correntes	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Impostos diretos	5.870.932,98 €	6.802.980,36 €	6.596.369,73 €	7.757.509,95 €	17,60%	20,77%
Impostos indiretos	123.267,86 €	111.824,19 €	- €	- €	-100,00%	-100,00%
Taxas, multas e outras penalidades	514.540,62 €	591.045,56 €	553.839,21 €	664.210,55 €	19,93%	20,08%
Rendimentos de propriedade	1.292.927,25 €	1.289.548,60 €	1.635.161,24 €	1.341.763,80 €	-17,94%	-4,56%
Transferências correntes	14.026.847,24 €	15.005.813,02 €	16.339.190,03 €	17.984.333,91 €	10,07%	18,91%
Vendas de bens e prestações de serviços correntes	4.090.893,57 €	4.297.896,91 €	3.633.150,79 €	4.291.130,16 €	18,11%	7,08%
Outras receitas correntes	27.952,24 €	11.277,44 €	4.407,26 €	2.760,50 €	-37,36%	-81,02%
Total	25.947.361,76 €	28.110.386,08 €	28.762.118,26 €	32.041.708,87 €	11,40%	16,07%

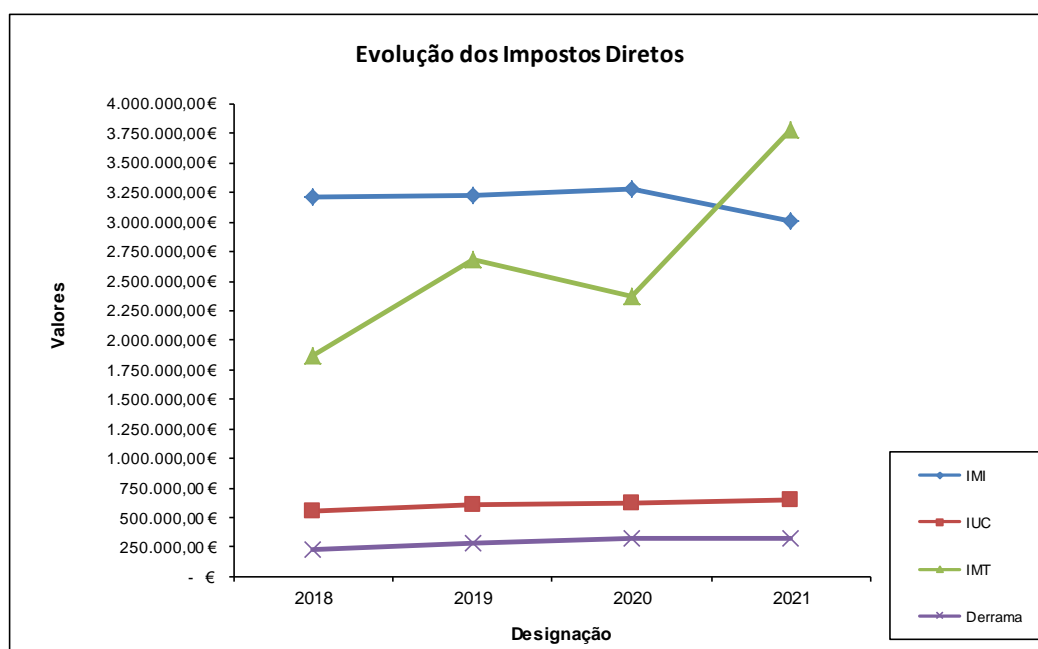
A receita corrente arrecadada em 2021 apresenta um acréscimo relativamente ao ano anterior (11,40%), registando uma execução acima da média dos 3 anos anteriores (16,07%). São de destacar os aumentos registados ao nível da arrecadação de impostos diretos e de transferências correntes, bem como, das vendas de bens e serviços correntes.

O gráfico abaixo permite-nos constatar o aumento da arrecadação das receitas correntes ao longo do quadriénio.



As receitas próprias correntes registaram, em 2021, uma cobrança superior à registada em 2020 na ordem dos 13,16%, e na ordem dos 12,62% relativamente à média do triénio anterior.

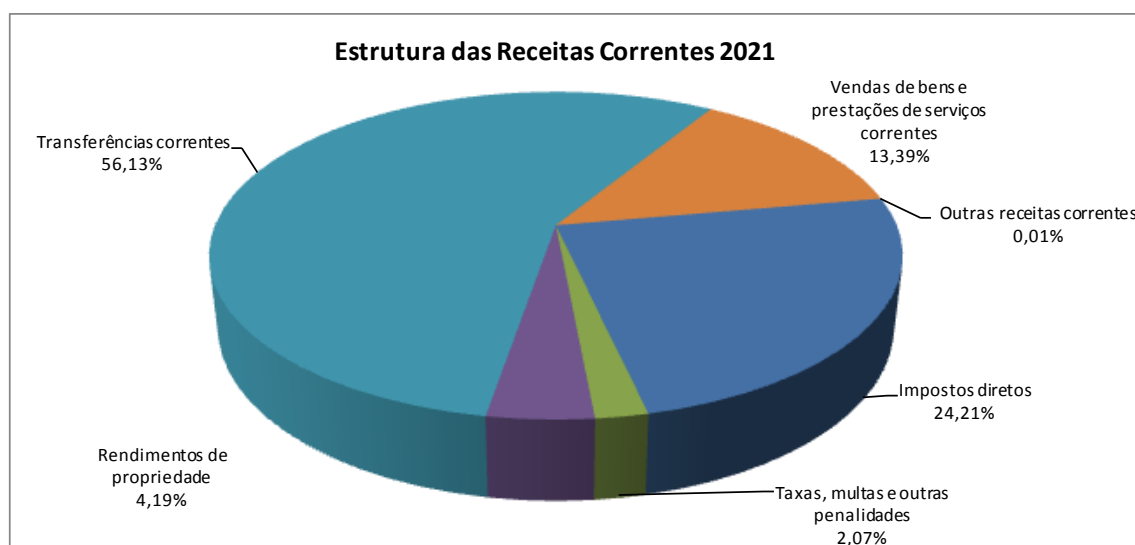
O gráfico seguinte permite-nos observar a evolução dos impostos diretos ao longo do quadriénio. O IMI apresenta, em 2021, uma inversão na tendência de crescimento exibida após a reavaliação geral dos prédios urbanos promovida pelo Estado, que é mais do que compensada pelo crescimento do IMT que assume, em 2021, o maior valor do período reportado. O IUC e Derrama apresentam um crescimento continuado ao longo do quadriénio.



Conforme se depreende do quadro seguinte, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF) corrente é o principal responsável pelo crescimento das transferências correntes ao longo do quadriénio e pelo peso relativo que as mesmas apresentam nos vários anos representando, em 2021, 47,59% da totalidade da receita corrente arrecadada.

Transferências Correntes	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEFc)	12.420.016,00 €	13.067.544,00 €	14.094.684,00 €	15.249.253,00 €	8,19%	15,58%
Fundo Social Municipal (FSM)	432.569,00 €	432.569,00 €	432.569,00 €	432.569,00 €	0,00%	0,00%
Participação Variável no IRS	607.153,00 €	630.449,00 €	695.580,00 €	754.662,00 €	8,49%	17,11%
Participação no IVA – Art 26.º-A da Lei n.º73/2013	- €	- €	196.621,94 €	191.288,22 €	-2,71%	191,86%
Outras transferências Adm. Central (OTAC)	378.199,09 €	711.808,31 €	676.439,52 €	618.227,32 €	-8,61%	5,00%
Fundos Comunitários (FCc)	155.460,43 €	115.426,41 €	169.411,05 €	439.136,60 €	159,21%	199,21%
Outras Transferências (OTc)	33.449,72 €	48.016,30 €	73.884,52 €	299.197,77 €	304,95%	477,79%
Total	14.026.847,24 €	15.005.813,02 €	16.339.190,03 €	17.984.333,91 €	10,07%	18,91%

Efetivamente, o gráfico abaixo dá-nos a noção da dependência que o Município continua a ter relativamente ao Orçamento do Estado, no que se refere ao financiamento da sua gestão corrente, com as transferências a representarem 56,13% do valor arrecadado em 2021.

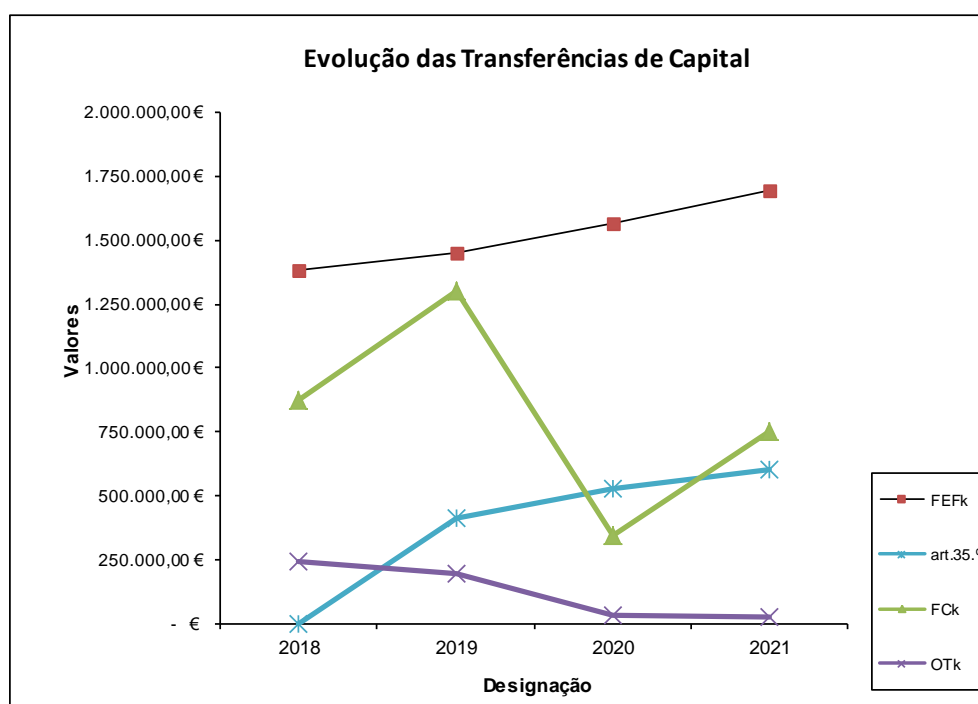


A receita de capital arrecadada em 2021 registou um crescimento (26,00%) quando comparada com o ano transato, assente no aumento de arrecadação das transferências.

Receitas de Capital	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Venda de Bens de Investimento	33.161,40 €	499,65 €	20.225,00 €	51.908,37 €	156,65%	188,99%
Transferências de Capital	2.497.036,26 €	3.355.073,46 €	2.472.199,56 €	3.077.617,54 €	24,49%	10,91%
Outras Receitas de Capital	2.743,04 €	10.611,09 €	6.879,21 €	19.526,74 €	183,85%	189,52%
Total	2.532.940,70 €	3.366.184,20 €	2.499.303,77 €	3.149.052,65 €	26,00%	12,49%

Conforme se pode inferir do quadro e gráfico seguintes tal deveu-se, sobretudo, a uma maior arrecadação de transferências de capital provenientes de Fundos Comunitários.

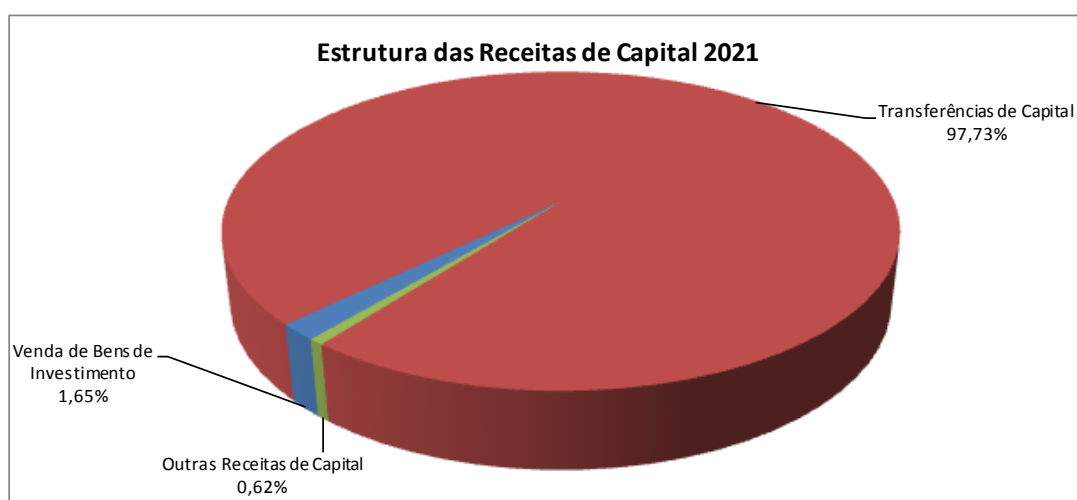
Transferências de Capital	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEFk)	1.380.002,00 €	1.451.949,00 €	1.566.077,00 €	1.694.361,00 €	8,19%	15,58%
n.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	- €	410.491,00 €	528.101,00 €	604.360,00 €	14,44%	93,17%
Fundos Comunitários (FCk)	871.667,04 €	1.298.864,06 €	343.453,51 €	750.396,54 €	118,49%	-10,45%
Outras Transferências (OTk)	245.367,22 €	193.769,40 €	34.568,05 €	28.500,00 €	-17,55%	-81,95%
Total	2.497.036,26 €	3.355.073,46 €	2.472.199,56 €	3.077.617,54 €	24,49%	10,91%



Apesar de não relevadas nas contas, conforme orientações da DGAL no sentido do reconhecimento dos montantes a receber apenas aquando da autorização dos pedidos de pagamento efetuados aos organismos gestores, no final de 2021 encontravam-se por receber verbas, de obra já executada, na ordem dos 356.000€. Essas verbas são relativas a candidaturas a fundos comunitários descritos no quadro seguinte:

ENTIDADE	PROTOCOLO/ACORDO/CANDIDATURA	MONTANTE A RECEBER
ALENTEJO2020	PACTO - Centro Escolar de S. Teotónio	2.886,67 €
ALENTEJO2020	PACTO-Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar-ODETE	129.498,73 €
ALENTEJO2020	CIMAL - Programação Cultural em Rede	62.730,00 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas na Vila de Odemira	7.806,98 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas em S. Teotónio	9.216,72 €
ALENTEJO2020	PEDU - Requalificação do Núcleo Antigo de Colos	6.040,25 €
ALENTEJO2020	PEDU - Arranjo da Envolvente ao Lar de Relíquias	14.670,21 €
ALENTEJO2020	PEDU - Requalificação do Núcleo Antigo de São Luís	9.808,18 €
ALENTEJO2020	PEDU - Requalificação da Zona Ribeirinha de Odemira - 2.ª Fase	6.136,04 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de Passeios e Vias Pedonais dedicadas em Luzianes-Gare	18.390,96 €
ALENTEJO2020	Centro de Excelência e Inovação de Odemira	11.262,34 €
ALENTEJO2020	Espaço Moagem - Incubadora de Empresas não Tecnológicas de Sabóia	26.137,50 €
ALENTEJO2020	Integração de Jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL 2019	24.126,46 €
POSEUR	Ampliação do sistema de abastecimento de água de Campo Redondo - Foros dos Vales	10.460,63 €
POSEUR	Ampliação do sistema de abastecimento de água de São Teotónio - Casa Nova da Cruz	7.557,83 €
POSEUR	Ampliação do sistema de drenagem de águas residuais do Castelo - Troviscais	5.586,20 €
PDR2020	Centro Interpretativo do Medronho Sudoeste	1.729,36 €
FSPT TRANSPORTES	Apoio à Aquisição e Instalação de Equipamentos Destinados ao Estacionamento de Bicicletas	1.861,00 €

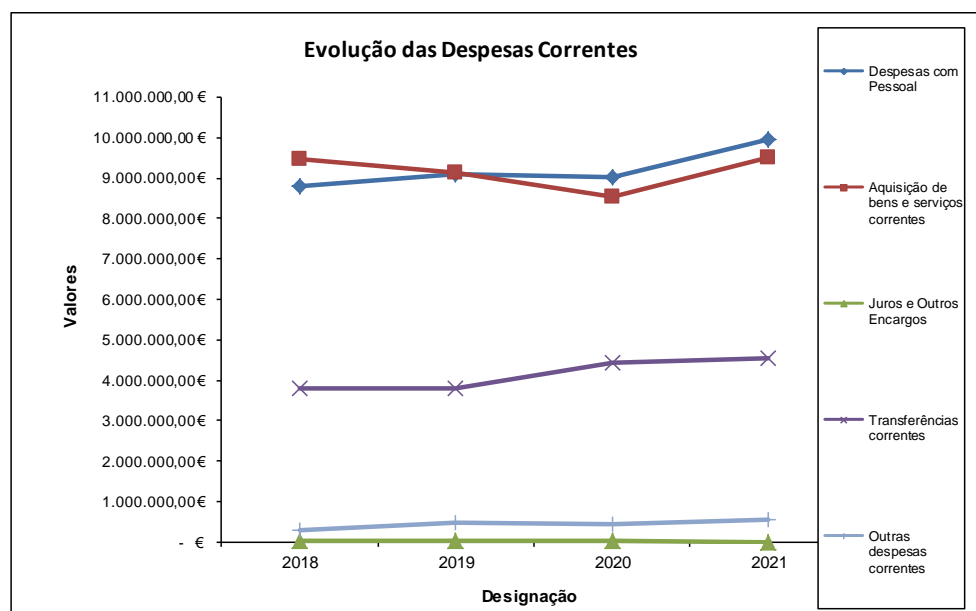
Em termos estruturais o Município registou, em 2021, receitas próprias (de capital) bastante reduzidas dependendo de financiamentos comunitários e estatais, e, do recurso a receitas correntes, para a implementação das suas políticas de investimento, conforme se pode verificar no gráfico infra.



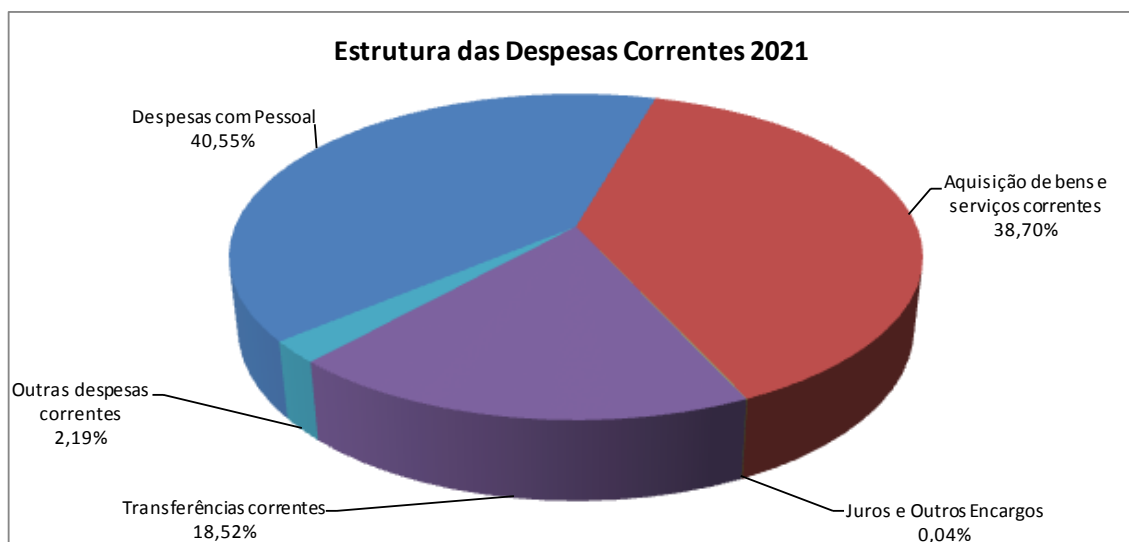
4.5 – Estrutura e Evolução da Despesa

Despesas Correntes	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média 2018 a 2020})$
Despesas com Pessoal	8.817.939,90 €	9.084.596,12 €	9.043.319,28 €	9.971.343,31 €	10,26%	11,02%
Aquisição de bens e serviços correntes	9.490.588,76 €	9.130.490,49 €	8.538.917,02 €	9.514.942,79 €	11,43%	5,10%
Juros e Outros Encargos	20.158,33 €	20.252,08 €	15.985,44 €	9.798,79 €	-38,70%	-47,87%
Transferências correntes	3.806.433,72 €	3.784.578,11 €	4.449.201,10 €	4.553.712,43 €	2,35%	13,46%
Outras despesas correntes	300.304,52 €	472.435,97 €	443.878,12 €	538.139,52 €	21,24%	32,70%
Total	22.435.425,23 €	22.492.352,77 €	22.491.300,96 €	24.587.936,84 €	9,32%	9,41%

A despesa corrente executada em 2021 apresenta um aumento relativamente ao ano anterior (cerca de 2.097.000€; 9,32%). Relativamente à comparação com a média do triénio anterior, registou-se um crescimento na ordem dos 9,41%, com especial relevância para as despesas com pessoal e para as transferências correntes. O gráfico seguinte dá-nos a evolução das despesas correntes ao longo do quadriénio.



Em 2021, em termos estruturais, as despesas com pessoal representaram 40,55% da execução orçamental corrente, representando a aquisição de bens e serviços correntes 38,70% dessa execução, e as transferências 18,52%, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.



Uma análise mais pormenorizada às despesas com pessoal permite-nos constatar um acréscimo, relativamente a 2020 e à média dos 3 anos anteriores, das despesas ligadas aos vencimentos e encargos sociais dos trabalhadores do município em função do descongelamento de carreiras ocorrido. Podemos também observar, em 2021, o aumento dos valores relativos a ajudas custo, horas extraordinárias e outros abonos variáveis ou eventuais como reflexo da retoma de alguma da atividade municipal ainda em contexto de pandemia COVID-19, bem como, dos encargos com a saúde em virtude de um maior recurso a cuidados médicos por parte dos funcionários municipais.

Despesas com Pessoal	2018	2019	2020	2021	Δ (2021 / 2020)	Δ (2021 / média 2018 a 2020)
Vencimentos	5.918.685,99 €	6.007.753,64 €	6.156.811,96 €	6.717.513,09 €	9,11%	11,44%
Subsídio de refeição	480.458,25 €	497.420,37 €	500.792,76 €	532.441,71 €	6,32%	8,02%
Ajudas custo, Horas extra. e Outros abonos variáveis ou eventuais	594.749,47 €	642.570,16 €	473.170,12 €	612.499,00 €	29,45%	7,43%
Segurança Social (incluindo CGA)	1.490.047,88 €	1.525.088,68 €	1.536.758,46 €	1.710.819,65 €	11,33%	12,75%
Despesas de Saúde	253.476,20 €	327.307,59 €	289.426,98 €	296.405,31 €	2,41%	2,18%
Outras	80.522,11 €	84.455,68 €	86.359,00 €	101.664,55 €	17,72%	21,35%
Total	8.817.939,90 €	9.084.596,12 €	9.043.319,28 €	9.971.343,31 €	10,26%	11,02%

O reflexo da retoma de alguma da atividade municipal, ainda que em contexto de pandemia COVID-19, é também possível de ser observado no quadro abaixo. O quadro transmite a evolução ocorrida ao nível das principais classificações económicas da aquisição de bens e serviços correntes.

Aquisição de Bens e Serviços	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Água	1.407.835,42 €	1.257.555,58 €	1.330.155,38 €	1.446.096,59 €	8,72%	8,58%
Saneamento, recolha de RSU's e recicláveis	1.147.505,43 €	1.064.055,85 €	1.233.628,11 €	1.218.958,71 €	-1,19%	6,14%
Matérias-primas e subsidiárias	328.297,13 €	330.064,98 €	308.802,60 €	374.244,23 €	21,19%	16,08%
Combustíveis e lubrificantes	574.361,99 €	548.907,72 €	464.693,36 €	488.052,63 €	5,03%	-7,80%
Encargos de instalações	1.192.506,40 €	1.170.599,55 €	1.042.157,40 €	963.336,13 €	-7,56%	-15,13%
Conservação de bens	743.888,41 €	521.763,05 €	728.045,09 €	843.919,27 €	15,92%	26,99%
Transportes	539.047,24 €	563.486,05 €	403.053,62 €	463.539,38 €	15,01%	-7,64%
Outros	3.557.146,74 €	3.674.057,71 €	3.028.381,46 €	3.716.795,85 €	22,73%	8,68%
Total	9.490.588,76 €	9.130.490,49 €	8.538.917,02 €	9.514.942,79 €	11,43%	5,10%

Nota: em "Outros" incluem-se, designadamente, despesas com comunicações, seguros, refeições escolares, estudos e consultadoria, publicidade, espetáculos, encargos de cobrança de receitas, impressões, limpeza e higiene, e, peças.

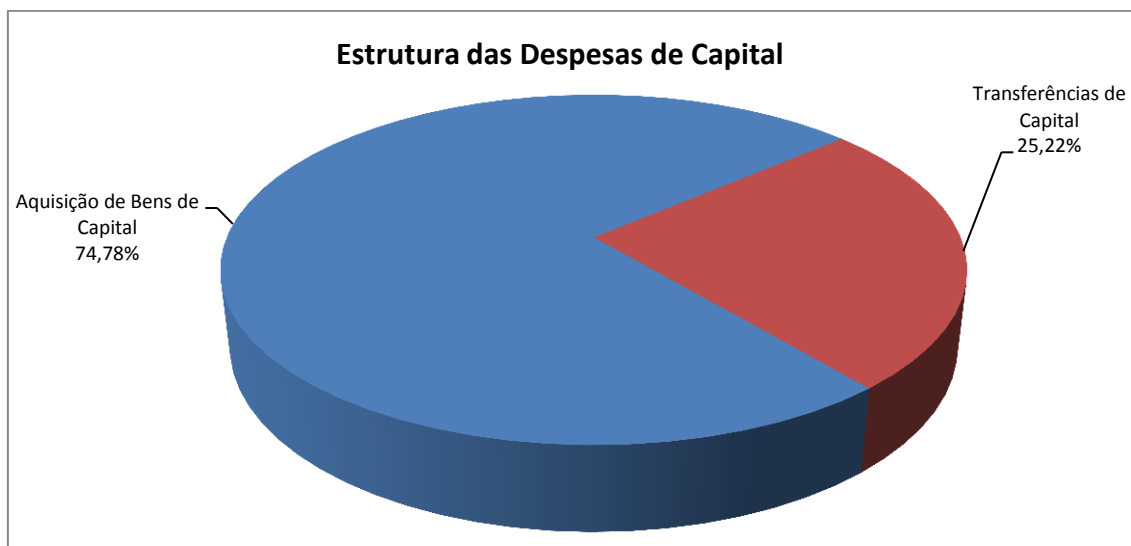
Ao nível das transferências correntes, é notório o aumento em 2020 e 2021 comparativamente com 2018 e 2019 das verbas atribuídas a empresas e famílias, como consequência das medidas de apoio municipal de combate aos efeitos da pandemia COVID-19 praticadas nesses dois anos.

Transferências Correntes	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Socied. e quase-socied. não financeiras Privadas	28.705,81 €	13.900,00 €	103.824,74 €	457.279,46 €	340,43%	836,85%
Estado	98.765,60 €	115.246,24 €	139.105,95 €	78.644,04 €	-43,46%	-33,19%
Freguesias	1.241.726,50 €	1.240.622,49 €	1.266.747,50 €	1.481.174,96 €	16,93%	18,52%
Associações de municípios	118.680,00 €	120.453,79 €	199.507,55 €	228.343,68 €	14,45%	56,17%
Instituições sem fins lucrativos	2.102.283,53 €	2.134.777,00 €	2.553.002,83 €	2.098.556,24 €	-17,80%	-7,28%
Famílias	193.126,02 €	103.963,49 €	163.436,45 €	185.806,76 €	13,69%	21,04%
Outras transferências	23.146,26 €	55.615,10 €	23.576,08 €	23.907,29 €	1,40%	-29,92%
Total	3.806.433,72 €	3.784.578,11 €	4.449.201,10 €	4.553.712,43 €	2,35%	13,46%

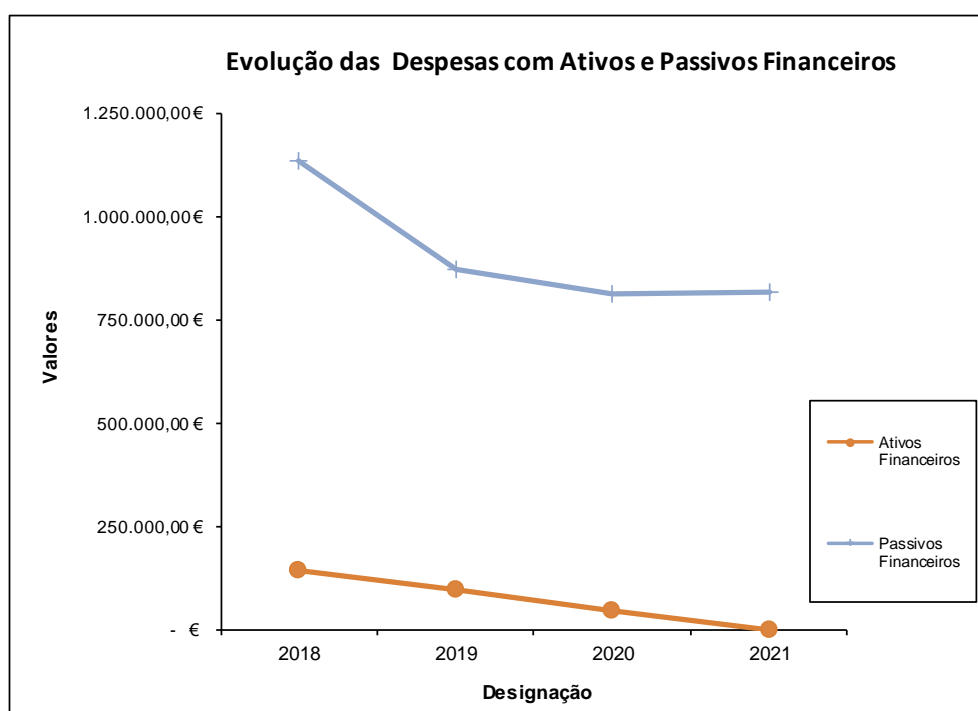
Despesas de Capital	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Aquisição de Bens de Capital	3.769.413,76 €	3.991.304,05 €	3.724.068,15 €	5.151.948,40 €	38,34%	34,58%
Transferências de Capital	1.555.980,91 €	2.330.654,31 €	2.443.345,50 €	1.737.575,88 €	-28,89%	-17,65%
Total	5.325.394,67 €	6.321.958,36 €	6.167.413,65 €	6.889.524,28 €	11,71%	16,02%

Conforme se pode verificar, a despesa de capital executada em 2021 registou um aumento (11,71%) quando comparada com o ano anterior, assente numa maior aquisição de bens de capital. Por seu lado, as transferências de capital apresentam uma diminuição relativamente a 2020 refletindo a diminuição dos apoios atribuídos às freguesias do concelho para a realização em parceria dos contratos interadministrativos de cooperação (note-se que em 2020 incluíram, excecionalmente, apoios para a aquisição pelas freguesias de equipamento para controlo de vegetação / limpeza de passeios e de uma viatura de transporte escolar, bem como, o apoio para a aquisição de palcos no âmbito da organização em parceria do evento “Animar o Verão”; apoio que não viria a ocorrer, em 2021). Relativamente à comparação com a média do triénio anterior regista-se um acréscimo de despesas de capital na ordem dos 16,02%.

Nesta conformidade, o investimento direto realizado pelo município representou, em 2021, 74,78% da despesa de capital executada, representando o investimento indireto 25,22%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.



O gráfico seguinte dá-nos a evolução da despesa com ativos e passivos financeiros ao longo do quadriénio.



Da observação do quadro podemos constatar a conclusão, em 2020, da realização anual das participações no Fundo de Apoio Municipal, de acordo com o plano de participação definido.

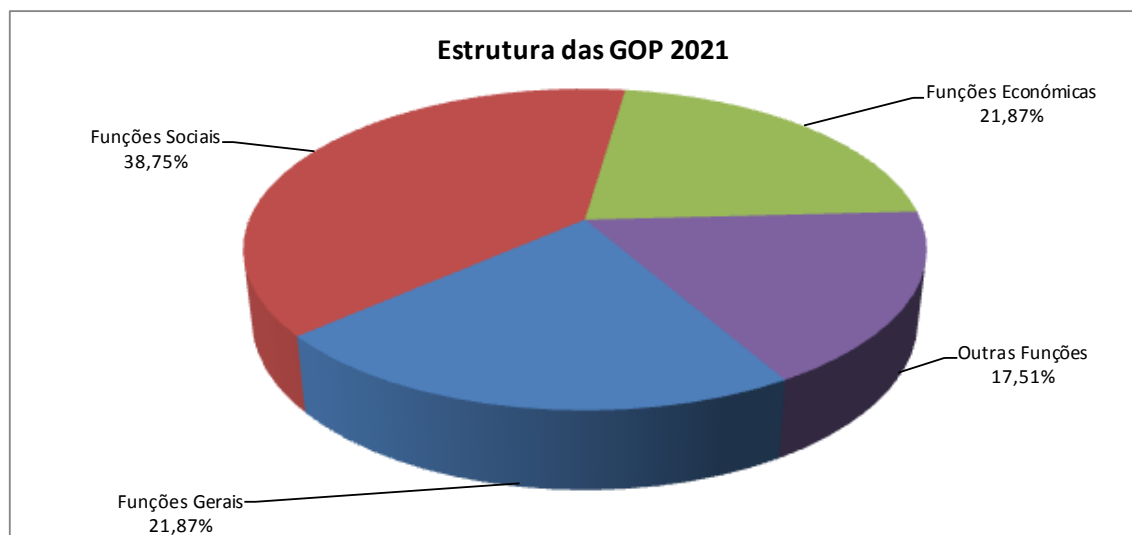
Relativamente aos passivos financeiros, a diminuição ocorrida está ligada ao serviço da dívida dos empréstimos de longo prazo contraídos pelo município para financiamento do seu Plano Plurianual de Investimentos, tendo dois desses empréstimos finalizado a sua amortização no decurso do quadriénio.

4.6 – Estrutura e Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP)

O quadro seguinte permite observar a evolução ocorrida nas Grandes Opções do Plano ao longo do quadriénio, com a generalidades das funções a apresentarem, em 2021, um crescimento relativamente a 2020 (12,06%, no seu conjunto) e à média do triénio anterior (11,15%).

Grandes Opções do Plano (GOP)	2018	2019	2020	2021	$\Delta(2021 / 2020)$	$\Delta(2021 / \text{média } 2018 \text{ a } 2020)$
Funções Gerais	2.347.451,00 €	2.636.762,79 €	4.163.359,47 €	4.541.341,99 €	9,08%	48,94%
Funções Sociais	8.552.055,50 €	9.393.880,98 €	8.355.225,42 €	8.046.773,53 €	-3,69%	-8,22%
Funções Económicas	4.069.711,91 €	3.157.622,60 €	2.658.969,09 €	4.542.158,29 €	70,82%	37,83%
Outras Funções	3.949.636,64 €	3.411.182,73 €	3.354.649,00 €	3.637.170,57 €	8,42%	1,83%
Total	18.918.855,05 €	18.599.449,10 €	18.532.202,98 €	20.767.444,38 €	12,06%	11,15%

Como se pode observar no gráfico seguinte, as Funções Sociais representam a maior fatia das GOP executadas em 2021.



4.7 – Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM)

Plano de Atividades Municipal 2021	valor	%
FUNÇÕES GERAIS	2.777.227,94 €	17,79%
CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	107.023,16 €	0,69%
CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	71.013,50 €	0,45%
GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	31.872,15 €	0,20%
COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS E POSTAIS	179.185,62 €	1,15%
LOGÍSTICA MUNICIPAL / GESTÃO MUNICIPAL	1.274.480,83 €	8,16%
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, PROTOCOLO, IMAGEM DO CONCELHO	98.492,88 €	0,63%
CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS	77.370,58 €	0,50%
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	109.467,10 €	0,70%
ODEMIRA SIMPLIFICA	146.600,05 €	0,94%
ODEMIRA PARTICIPA	0,00 €	0,00%
PROTEÇÃO CIVIL	681.722,07 €	4,37%
FUNÇÕES SOCIAIS	6.547.358,14 €	41,93%
ODEMIRA TERRITÓRIO EDUCATIVO	1.824.069,51 €	11,68%
PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR	0,00 €	0,00%
ODEMIRA ACREDITA EM TI	100.176,59 €	0,64%
ODEMIRA SAUDÁVEL	6.149,37 €	0,04%
ODEMIRA APOIA	57.066,14 €	0,37%
ODEMIRA SOCIAL	109.827,03 €	0,70%
ODEMIRA SÊNIOR	27.145,62 €	0,17%
ODEMIRA INTEGRAL	56.383,28 €	0,36%
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	685.918,81 €	4,39%
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO	1.555.765,30 €	9,96%
GESTÃO DE RESÍDUOS	1.096.898,51 €	7,02%
PROMOÇÃO AMBIENTAL	31.259,11 €	0,20%
SAÚDE PÚBLICA	26.202,10 €	0,17%
VALORIZAÇÃO DO RIO MIRA	6.149,88 €	0,04%
CELEBRAÇÕES ABRIL EM ODEMIRA	18.190,67 €	0,12%
ODEMIRA CULTURAL	287.123,23 €	1,84%
PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS	75.652,21 €	0,48%
BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARAMAGO	37.772,56 €	0,24%
ODEMIRA - ARTES, LUZ, MÚSICA E PATRIMÓNIO	75.450,00 €	0,48%
ODEMIRA ATIVA 3/80	310.658,22 €	1,99%
RIO MIRA PARA TODOS - OP2014	159.500,00 €	1,02%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.209.389,10 €	20,55%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1.440.063,07 €	9,22%
CONSERVAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS	371.821,57 €	2,38%
ODEMIRA MAIS PERTO	109.663,68 €	0,70%
FACECO	52.422,27 €	0,34%
FEIRA DE TURISMO	2.152,17 €	0,01%
ODEMIRA TERRITÓRIO TURÍSTICO	616.839,16 €	3,95%
ODEMIRA EMPREENDE	601.427,18 €	3,85%
PRODUTOS DE ODEMIRA	15.000,00 €	0,10%
OUTRAS FUNÇÕES	3.081.520,80 €	19,73%
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	827.977,91 €	5,30%
FREGUESIAS: CONTRATOS DE EXECUÇÃO, PROTOCOLOS E ACORDOS DE COLABORAÇÃO	1.728.831,07 €	11,07%
MANUTENÇÃO DE VIATURAS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO	524.711,82 €	3,36%
TOTAL	15.615.495,98 €	100,00%

O quadro supra permite-nos aferir a realização em 2021 das atividades municipais mais relevantes consubstanciadas em projetos do PAM. São de destacar os projetos afetos a funções sociais (sobretudo os valores da área da educação e dos serviços coletivos da área ambiental) que representaram 41,93% dos valores executados.

Ao nível da educação é de realçar a execução do projeto “Odemira Território Educativo” (na ordem dos 1.824.000€) e, ao nível dos serviços coletivos, a execução dos projetos ligados à gestão de infraestruturas de águas de abastecimento e de saneamento, e à gestão de resíduos (cerca de 3.399.000€, no seu conjunto).

4.8 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O quadro seguinte ilustra a forma como o Município executou o PPI em 2021.

Plano Plurianual de Investimentos - 2021					
Designação	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução em 31-12-2021		Estrutura da Execução
Funções gerais	1.708.000,00 €	2.560.000,00 €	1.764.114,05 €	68,91%	34,24%
Funções sociais	5.143.000,00 €	3.754.000,00 €	1.499.415,39 €	39,94%	29,10%
Funções económicas	2.544.000,00 €	3.133.000,00 €	1.332.769,19 €	42,54%	25,87%
Outras funções	335.000,00 €	819.000,00 €	555.649,77 €	67,84%	10,79%
Total	9.730.000,00 €	10.266.000,00 €	5.151.948,40 €	50,18%	100,00%

O gráfico abaixo permite-nos verificar, em 2021, uma maior preponderância das funções gerais na estrutura do investimento realizado, dando-nos conta das intenções do executivo municipal quanto à afetação dos recursos à sua disposição em face dos condicionalismos trazidos pela Pandemia Covid-19.



No que respeita às funções gerais, os investimentos realizaram-se ao nível das subfunção serviços gerais da administração pública, com destaque para investimentos superiores a 500.000€ no conjunto das aquisições de equipamento administrativo, *software*, *hardware*, ferramentas e utensílios, e, equipamento de decoração e conforto, bem como, para a aquisição de património edificado e beneficiação de edifícios municipais num valor superior a 1.000.000€.

5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica

5.1 – Balanço

O Balanço abaixo apresentado permite constatar a situação existente em 31dez2021 e em 31dez2020, bem como, a variação percentual entre as datas de relato.

BALANÇO	31-12-2020	31-12-2021	Δ
ATIVO			
Ativo não corrente	89.049.241,40 €	89.578.337,73 €	0,59%
Ativos fixos tangíveis	84.139.468,81 €	84.419.278,32 €	0,33%
Propriedades de investimento	78.471,07 €	76.082,53 €	-3,04%
Ativos intangíveis	322.568,02 €	436.868,38 €	35,43%
Investimentos financeiros	4.508.733,50 €	4.646.108,50 €	3,05%
Ativo corrente	13.310.096,18 €	16.229.843,64 €	21,94%
Inventários	723.179,26 €	737.617,35 €	2,00%
Devedores p/trf e subsídios não reembolsáveis	2.255,00 €	0,00 €	-100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	525.133,34 €	454.375,98 €	-13,47%
Estado e outros entes públicos	178.504,23 €	164.452,77 €	-7,87%
Outras contas a receber	4.450.746,06 €	4.452.699,16 €	0,04%
Diferimentos	80.733,65 €	83.327,48 €	3,21%
Caixa e depósitos	7.349.544,64 €	10.337.370,90 €	40,65%
Total do Ativo	102.359.337,58 €	105.808.181,37 €	3,37%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	10.908.982,33 €	10.908.982,33 €	0,00%
Reservas	1.845.801,54 €	1.864.970,22 €	1,04%
Resultados transitados	53.077.129,62 €	53.441.334,51 €	0,69%
Outras variações no património líquido	22.793.671,91 €	24.025.195,40 €	5,40%
Resultado líquido do período	383.373,57 €	2.396.230,89 €	525,04%
Total do Património Líquido	89.008.958,97 €	92.636.713,35 €	4,08%
PASSIVO			
Passivo não corrente	8.288.291,52 €	7.830.594,75 €	-5,52%
Financiamentos obtidos	2.761.603,08 €	2.002.888,31 €	-27,47%
Diferimentos	5.526.688,44 €	5.827.706,44 €	5,45%
Passivo corrente	5.062.087,09 €	5.340.873,27 €	5,51%
Credores p/trf e subsídios não reemb. concedidos	8.685,00 €	21.849,22 €	151,57%
Fornecedores	52.492,38 €	79.633,26 €	51,70%
Estado e outros entes públicos	329.070,85 €	331.853,98 €	0,85%
Financiamentos obtidos	820.000,00 €	760.479,36 €	-7,26%
Fornecedores de investimentos	11.672,82 €	371,00 €	-96,82%
Outras contas a pagar	3.320.572,76 €	3.588.704,45 €	8,07%
Diferimentos	519.593,28 €	557.982,00 €	7,39%
Total do Passivo	13.350.378,61 €	13.171.468,02 €	-1,34%
Total do Património Líquido e Passivo	102.359.337,58 €	105.808.181,37 €	3,37%

A análise ao Balanço no final de 2021 permite-nos constatar um crescimento (cerca de 3.449.000€; 3,37%;) do *Ativo* relativamente ao final de 2020. O *Ativo não corrente* apresenta um aumento superior a 529.000€ (0,59%) explicado pelo facto de as realizações de novos *ativos fixos tangíveis*, *ativos intangíveis* e *investimentos financeiros* terem sido superiores às depreciações ocorridas no ano. O *Ativo corrente* exhibe um aumento (cerca de 2.920.000€; 21,94%) que decorre, sobretudo, do acréscimo verificado ao nível da caixa e depósitos.

O *Património Líquido* apresenta um acréscimo na ordem dos 3.628.000€ (4,08%), para o qual contribuíram, principalmente, o *resultado líquido do exercício* e *outras variações do património líquido*.

Podemos constatar uma redução no *Passivo*, relativamente ao ano transato, na ordem dos 179.000€ (1,34%). O *Passivo não corrente* apresenta uma redução na ordem dos 458.000€ (5,52%), assente na redução dos *financiamentos obtidos*. O *Passivo corrente* apresenta um aumento (cerca de 279.000€; 5,51%), assente no crescimento das *Outras contas a pagar*.

Relativamente às participações financeiras, importa dar conta do seguinte no que respeita à participação na Sociedade Pólis, S.A.:

- Conforme foi reportado nos Relatórios de Gestão de anos anteriores, a não aprovação por parte do QREN das candidaturas efetuadas pela Sociedade relativamente à construção de uma ECOVIA e de uma CICLOVIA no concelho de Odemira, bem como, a redução dos montantes a despendar com as obras de requalificação das praias do Malhão e Almogrove iriam, à partida, traduzir-se na redução da participação do Município de Odemira no capital social daquela sociedade de capitais públicos.
- Conforme consta do Relatório e Contas de 2016 da Sociedade, a Pólis entrou em processo de liquidação. A Sociedade estabeleceu um plano de liquidação aprovado por parte do órgão de gestão que previa que a liquidação se concretizasse, no prazo máximo de dois anos, até final de 2018. No entanto, em 2018 a Pólis deliberou prorrogar a data limite para o encerramento da Sociedade para 31/12/2019. Não obstante, a Sociedade Pólis continuou a manter a sua atividade de acordo com orientações da Senhora Secretária de Estado do Ambiente, de forma a concluir as obras em curso, tendo o acionista Estado dado instruções à Comissão Liquidatária, já em 2020, no sentido de promover as diligências que permitam o registo do encerramento da liquidação da Sociedade com a maior brevidade possível.
- Conforme reportado no Relatório de Gestão de 2018, o Município recebeu informações da Pólis que apontavam para o facto de que a prestação que faltava realizar pelo Município pudesse vir a ocorrer caso se mostrasse necessária para financiar obras a realizar pela Pólis na área do concelho durante o ano de 2019, tendo em conta o financiamento expectável dessas obras por Fundos Comunitários. As obras realizadas pela Sociedade durante o ano de 2019 levaram à realização, em 2 momentos, de parte do valor por realizar daquela prestação no montante total de 363.163€.
- As obras realizadas pela Sociedade em 2020 levaram à realização de parte do valor por realizar no montante de 100.000€.
- Em março de 2021, e tendo em conta a realização de obras pela Sociedade, o Município realizou o restante valor (44.883€) que se encontrava por realizar do capital subscrito.

- Em novembro de 2021, o Município realizou um reforço de capital na Sociedade Pólis (137.375€), de forma a viabilizar a liquidação da mesma.
- À data em que é produzido este Relatório a extinção da Pólis não está consumada tendo sido realizados por parte da Sociedade, já em 2022, pagamentos relativos a empreitadas.
- O processo de partilha dos ativos entre os acionistas não está concluído não sendo ainda possível ao Município o reflexo nas suas contas da recuperação do Investimento realizado, no montante de 3.781.421€.

Como é do conhecimento geral, o Município de Odemira tem vindo a assumir competências do Estado em várias matérias, no âmbito dos diplomas de transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais. As competências nas áreas da Saúde, da Educação e da Ação Social, em particular, terão impactos quer ao nível de transferências de verbas por parte do Estado para os Municípios para que as mesmas possam ser exercidas, quer ao nível de Património que ficará sob gestão municipal, com o consequente impacto nas Contas Municipais. Importa referir que o Município aceitou no decurso de 2019 as competências na área da Saúde, mas que não as exercerá enquanto se mantiver em vigor o Acordo de Gestão entre o Estado e a ULSLA (Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.). Importa também referir que, até ao momento, o Município não aceitou competências nas áreas da Educação e da Ação Social, sendo essas as que terão, quando ocorrerem, o maior impacto nas Contas Municipais. Nesta conformidade não foram, durante os anos de 2019, 2020 e 2021, recebidas quaisquer verbas relativas a estas matérias.

5.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados abaixo apresentada permite constatar os rendimentos e gastos ocorridos, bem como, os resultados obtidos em 31dez2021 e em 31dez2020, e bem assim, a variação percentual entre os anos reportados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2020	31-12-2021	Δ
Rendimentos e Gastos			
Impostos, contribuições e taxas	6.798.902,50 €	8.378.068,72 €	23,23%
Vendas	1.492.029,86 €	1.757.820,24 €	17,81%
Prestações de serviços e concessões	2.640.184,72 €	2.994.074,78 €	13,40%
Transferências e subsídios correntes obtidos	16.153.462,38 €	18.008.555,38 €	11,48%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.406.436,36 €	-2.794.189,53 €	16,11%
Fornecimentos e serviços externos	-5.717.694,87 €	-6.743.290,65 €	17,94%
Gastos com pessoal	-9.313.305,52 €	-10.023.262,16 €	7,62%
Transferências e subsídios concedidos	-6.798.907,97 €	-6.131.377,14 €	-9,82%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-22.818,17 €	-52.211,36 €	128,81%
Outros rendimentos	3.591.468,68 €	3.546.292,15 €	-1,26%
Outros gastos	-455.485,85 €	-751.960,71 €	65,09%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	5.961.399,40 €	8.188.519,72 €	37,36%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5.579.693,17 €	-5.780.045,86 €	3,59%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	381.706,23 €	2.408.473,86 €	530,98%
Juros e rendimentos similares obtidos	36.837,67 €	17.580,01 €	-52,28%
Juros e gastos similares suportados	-35.170,33 €	-29.822,98 €	-15,20%
Resultado antes de impostos	383.373,57 €	2.396.230,89 €	525,04%
Resultado líquido do período	383.373,57 €	2.396.230,89 €	525,04%

Como se pode verificar, os *resultados antes de depreciações e gastos de financiamento* cifraram-se em cerca de 8.189.000€ e permitem constatar o aumento da atividade corrente do município em 37,36% comparativamente a 2020, evidenciando sinais de retoma após a quebra anteriormente registada motivada pela Pandemia Covid-19.

Efetivamente, o aumento dos *rendimentos* obtidos (com destaque para as *transferências e subsídios correntes obtidos* e para os *impostos, contribuições e taxas*) conjugado com um também (embora menor) aumento dos *gastos* (com destaque para os *fornecimentos e serviços externos* e para os *gastos com pessoal*) levaram àquele resultado.

Não obstante o aumento registado nas *depreciações* do imobilizado (cerca de 200.000€; 3,59%), constatamos um grande aumento no *resultado operacional* (530,98%) fixando-se num valor superior a 2.408.000€.

O impacto dos resultados financeiros é mínimo, levando a um *resultado líquido do período* na ordem dos 2.396.000€.

Importa, ainda, referir que as transferências de capital provenientes do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e verba relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013) eram consideradas no anterior normativo contabilístico como *outros rendimentos*.

Em SNC-AP, as transferências de capital apenas devem afetar os resultados do ano se puderem ser justificadamente imputadas a obras realizadas, caso contrário deverão ser registadas diretamente no *Património Líquido*.

Foi possível afetar aos resultados de 2021 a parte por afetar relativa a 2020 (no valor de 814.307,09€) não tendo sido possível efetuar a afetação da totalidade das transferências relativas ao ano de 2021 (afetos 752.412,86€ de 2.298.721,00€).

A não imputação da totalidade das transferências a resultados distorce a comparação atrás efetuada ao nível dos resultados do ano.

5.3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido

As alterações no *Património Líquido* do Município no decurso de 2021, seguidamente apresentadas, refletem a variação nos seus *ativos* e *passivos* durante o período. As alterações encontram-se devidamente explicadas no volume III – *Anexo às Demonstrações Financeiras* - da presente Prestação de Contas relativa a 2021.

	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património Líquido
(1)	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	10.908.982,33 €	1.845.801,54 €	53.077.129,62 €	22.793.671,91 €	383.373,57 €	89.008.958,97 €
(2)	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.231.523,49 €	0,00 €	1.231.523,49 €
	Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						0,00 €
	Alterações de políticas contabilísticas						0,00 €
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0,00 €
	Realização do excedente de revalorização						0,00 €
	Excedentes de revalorização e respetivas variações						0,00 €
	Transferências e subsídios de capital				1.231.523,49 €		1.231.523,49 €
	Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						0,00 €
	Correção de erros materiais						0,00 €
(3)	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					2.396.230,89 €	2.396.230,89 €
(4) = (2)+(3)	RESULTADO INTEGRAL					2.396.230,89 €	2.396.230,89 €
(5)	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00 €	19.168,68 €	364.204,89 €	0,00 €	-383.373,57 €	0,00 €
	Subscrições de capital/património						0,00 €
	Entradas para cobertura de perdas						0,00 €
	Outras operações		19.168,68 €	364.204,89 €		-383.373,57 €	0,00 €
	Subscrições de prémios de emissão						0,00 €
(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	10.908.982,33 €	1.864.970,22 €	53.441.334,51 €	24.025.195,40 €	2.396.230,89 €	92.636.713,35 €
	Δ	0,00%	1,04%	0,69%	5,40%	525,04%	4,08%

Como se pode verificar, as *reservas* apresentam um aumento na ordem dos 19.000€ (1,04%) e os *resultados transitados* exibem um aumento de cerca de 364.000€ (0,69%) que resultam da distribuição dos *resultados* de 2020.

O *resultado líquido do período* apresenta um aumento considerável relativamente a 2020 (cerca de 2.012.000€; 525,04%).

Registam-se *outras variações no património líquido* na ordem dos 1.232.000€, relativas à contabilização, sobretudo, do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e da verba relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, bem como, de financiamentos comunitários.

5.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa presta informação acerca dos fluxos de caixa e permite perceber a forma como o Município gerou e utilizou os seus recursos financeiros. O quadro abaixo permite fazer uma comparação dos valores executados em 2021 como os do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2020	2021	Δ
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3.635.811,47 €	4.285.260,49 €	649.449,02 €
Recebimentos de contribuintes	6.655.479,32 €	7.950.398,80 €	1.294.919,48 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	16.318.947,89 €	17.972.966,21 €	1.654.018,32 €
Recebimentos de utentes	494.559,88 €	474.065,01 €	-20.494,87 €
Pagamentos a fornecedores	-8.596.686,20 €	-9.574.815,33 €	-978.129,13 €
Pagamentos ao pessoal	-9.056.021,90 €	-9.920.510,83 €	-864.488,93 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-4.449.201,10 €	-4.553.712,43 €	-104.511,33 €
Caixa gerada pelas operações	5.002.889,36 €	6.633.651,92 €	1.630.762,56 €
Outros recebimentos/pagamentos	-1.206.422,71 €	-562.546,50 €	643.876,21 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3.796.466,65 €	6.071.105,42 €	2.274.638,77 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-3.719.433,64 €	-5.075.589,18 €	-1.356.155,54 €
Pagamentos - Ativos intangíveis	-6.975,33 €	-142.752,86 €	-135.777,53 €
Pagamentos - Investimentos financeiros	-148.033,75 €	-182.258,00 €	-34.224,25 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	63.469,74 €	70.861,35 €	7.391,61 €
Recebimentos - Transferências de capital	2.492.441,70 €	3.017.925,26 €	525.483,56 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-1.318.531,28 €	-2.311.813,43 €	-993.282,15 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento	30.902,54 €	32.326,83 €	1.424,29 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-814.153,45 €	-818.235,41 €	-4.081,96 €
Pagamentos - Juros e gastos similares	-33.873,72 €	-30.150,84 €	3.722,88 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-817.124,63 €	-816.059,42 €	1.065,21 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1.660.810,74 €	2.943.232,57 €	1.282.421,83 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	5.688.733,90 €	7.349.544,64 €	1.660.810,74 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	7.349.544,64 €	10.337.370,90 €	2.987.826,26 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	5.688.733,90 €	7.349.544,64 €	1.660.810,74 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	5.688.733,90 €	7.349.544,64 €	1.660.810,74 €
SGA De execução orçamental	4.685.517,93 €	6.448.988,94 €	1.763.471,01 €
SGA De operações de tesouraria	1.003.215,97 €	900.555,70 €	-102.660,27 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	7.349.544,64 €	10.337.370,90 €	2.987.826,26 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	7.349.544,64 €	10.337.370,90 €	2.987.826,26 €
SGS De execução orçamental	6.448.988,94 €	9.355.269,45 €	2.906.280,51 €
SGS De operações de tesouraria	900.555,70 €	982.101,45 €	81.545,75 €

Os valores em caixa no final de 2021 são superiores aos existentes no início do ano (e, logo, no final de 2020), podendo constatar-se um aumento do saldo para a gerência seguinte. De notar que o saldo orçamental da gerência de 2021 foi positivo em cerca 2.906.000€ e o saldo de operações de tesouraria positivo em cerca de 82.000€, o que demonstra receitas arrecadadas superiores às despesas executadas (tal como se pode verificar no ponto 4.3 do presente Relatório) e entradas de operações de tesouraria superiores às entregas.

5.5 – Contabilidade de Gestão

Conforme referido no ponto 2 do presente Relatório de Gestão, o subsistema de contabilidade de gestão que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, permite a avaliação do resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, bem como, a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

Dada a complexidade associada à implementação do novo normativo contabilístico, a que se junta a situação de pandemia em que nos encontramos, não foi ainda possível a sua adequada implementação.

5.6 – Dívida do Município

O SNC-AP traz alterações à forma de classificação dos passivos. O Passivo corrente (exigível a curto prazo) considera em *outras contas a pagar* valores exetáveis de pagamento no prazo de um ano de *acréscimos de gastos* (onde se incluem, entre outros, *remunerações a liquidar, juros a liquidar e outros gastos financeiros*), bem como, de *credores por subscrições não liberadas*. Além disso, figuram também como dívida em *Estado e outros entes públicos* os descontos sobre vencimentos a entregar no mês seguinte às Finanças e à Segurança Social.

A análise que se segue faz a comparação entre os valores de 2021 e 2020 e tem em conta o facto de as operações de tesouraria e as garantias e cauções prestadas por terceiros não configurarem dívida efetiva do Município, indo de encontro ao conceito de dívida total estabelecido na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.

Conforme se pode observar no quadro abaixo a dívida a pagar a mlp apresenta, no final de 2021, um peso estrutural inferior à dívida a pagar a cp. Em termos absolutos, regista-se uma redução da dívida na ordem dos 600.000€ (9,37%).

Endividamento				
Designação	Valor em Dívida em 31-12-2020	Estrutura	Valor em Dívida em 31-12-2021	Estrutura
Dívida a médio e longo prazo a pagar a mlp	2.761.603,08 €	43,1%	2.002.888,31 €	34,5%
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	820.000,00 €	12,8%	760.479,36 €	13,1%
Dívida a cp	2.821.938,11 €	44,1%	3.040.310,46 €	52,4%
Total	6.403.541,19 €	100%	5.803.678,13 €	100%

O quadro seguinte, apesar de nos permitir aferir um aumento da dívida de curto prazo (cerca de 159.000€; 4,36%), demonstra a continuação da boa situação de tesouraria do Município. Efetivamente, o Município mantém um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias não havendo necessidade de recurso a quaisquer operações bancárias (empréstimos) de curto prazo para honrar os seus compromissos com os *fornecedores*, com o *estado e outros entes públicos* e com os *credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos*.

Dívida a cp			
Designação	Valor em Dívida em 31-12-2020	Valor em Dívida em 31-12-2021	
Fornecedores	52.492,38 €	79.633,26 €	
Fornecedores de investimentos	11.672,82 €	371,00 €	
Estado e outros entes públicos	329.070,85 €	331.853,98 €	
Credores p/trf e subsídios não reemb.concedidos	8.685,00 €	21.849,22 €	
Credores por acréscimos de gastos	2.366.380,49 €	2.540.238,28 €	
Credores por subscrições não liberadas	44.883,00 €	0,00 €	
Outras contas a pagar	909.309,27 €	1.048.466,17 €	
	Subtotal	3.722.493,81 €	4.022.411,91 €
Operações de Tesouraria + Garantias e Cauções	-900.555,70 €	-982.101,45 €	
	Total	2.821.938,11 €	3.040.310,46 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	820.000,00 €	760.479,36 €	
	Dívida a cp	3.641.938,11 €	3.800.789,82 €

O quadro infra permite-nos fazer uma análise da situação dos empréstimos contratados a mlp. Recorde-se que já se encontram utilizados, estando todos em fase de amortização. A redução verificada decorre, assim, da amortização dos mesmos de acordo com os contratos estabelecidos com as instituições bancárias.

Dívida a mlp			
Empréstimo N.º	Valor em Dívida em 31-12-2020	Valor em Dívida em 31-12-2021	
CGD - 9015/005596/991	439.148,06 €	188.479,37 €	
BPI - 281126983004	75.087,90 €	45.133,40 €	
CCAM - 56032954011	323.886,74 €	215.949,38 €	
CGD - 0546/9015/004050/391	399.012,65 €	299.259,49 €	
BPI - 281126983005	582.876,46 €	485.730,40 €	
NB - 0770037258	949.350,20 €	803.296,32 €	
BPI - 281126983006	812.241,07 €	725.519,31 €	
Dívida a mlp	3.581.603,08 €	2.763.367,67 €	
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	820.000,00 €	760.479,36 €	
Dívida a médio e longo prazo a pagar a mlp	2.761.603,08 €	2.002.888,31 €	

6 – Indicadores de Gestão

6.1 - Indicadores de natureza orçamental

Indicador	2018	2019	2020	2021
Receita Total Disponível ¹ / Despesas Totais	110,26%	115,73%	121,85%	128,97%
Receitas Próprias ² / Despesas Totais	41,22%	44,08%	42,25%	43,78%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Receitas Totais	52,08%	50,79%	55,98%	53,77%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Despesas Totais	51,10%	53,70%	59,33%	58,60%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Despesas com Pessoal	168,29%	176,05%	193,66%	189,81%
Receita Cobrada ⁴ / Receita Orçamentada ⁴	87,95%	94,69%	92,02%	98,20%
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	30,37%	30,50%	30,63%	30,88%
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	33,98%	32,32%	31,44%	31,12%
Despesas de Capital / Despesas com Pessoal	60,39%	69,59%	68,20%	69,09%
Despesas de Capital / Despesas Totais	18,34%	21,23%	20,89%	21,33%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	47,56%	53,25%	40,52%	45,71%
Receitas de Correntes / Despesas Correntes	115,65%	124,98%	127,88%	130,31%
Receita Efetiva / Receita Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Despesa Efetiva / Despesa Total	95,60%	96,75%	97,08%	97,47%
Despesa Primária / Despesa Efetiva	99,93%	99,93%	99,94%	99,97%
Receita Total / Habitantes ⁵	1.093,11 €	1.208,10 €	1.200,20 €	1.190,22 €
Despesa Total / Habitantes ⁵	1.114,05 €	1.142,62 €	1.132,54 €	1.091,96 €
Despesa Investimento / Habitantes ⁵	204,30 €	242,54 €	236,61 €	232,94 €

¹incluindo o saldo da gerência anterior.

²excluem-se do conceito de receitas próprias:

- Transferências do Orçamento do Estado;
- Transferências da União Europeia;
- Outras transferências do setor público administrativo;
- Saldos de gerência anterior;
- Passivos financeiros.

³(FEF(c+k) + FSM + IRS + IVA + n.º3 art.º35.º LEI n.º75/2013).

⁴Os valores referem-se a receita bruta nos anos 2018 e 2019, e à receita líquida nos anos 2020 e 2021 de forma a permitir a comparabilidade, e, incluem o saldo da gerência anterior.

⁵rácios de 2018, 2019 e 2020 com base em 26066 habitantes, de acordo com os censos de 2011; rácios de 2021 com base em 29576 habitantes, de acordo com os resultados provisórios dos censos de 2021.

Importa, antes de mais, referir que os valores apresentados nos anos 2018 e 2019 foram reajustados relativamente aos reportes constantes do Relatório de Gestão daqueles anos em virtude do descrito no ponto 4.1 do presente Relatório.

Analisando os diversos indicadores continua a constatar-se a forte dependência das finanças municipais das transferências financeiras do Orçamento do Estado.

A evolução do indicador de receita cobrada/receita orçamentada, ao longo do quadriénio, dá-nos a perceção da elaboração de orçamentos de receita realistas.

A receita corrente tem conseguido cobrir as despesas do mesmo tipo, permitindo, inclusive, financiar despesas de investimento.

As despesas de pessoal apresentam uma relação estável relativamente às receitas correntes que as financiam e à totalidade da despesa executada.

O indicador receita efetiva /receita total permite constatar a ausência de receita não efetiva ao longo do quadriénio, ou seja, a ausência de receita proveniente de ativos e passivos financeiros.

A relação da despesa efetiva com a despesa total permite-nos inferir um crescimento da primeira ao longo do quadriénio, o que implica uma redução das despesas com ativos e passivos financeiros. A relação próxima dos 100% com a despesa primária indicia um reduzido pagamento de juros ao longo do quadriénio.

Os três últimos indicadores dão-nos a perceção da execução orçamental por habitante, tendo por base os censos de 2011 (no caso dos indicadores dos anos 2018, 2019 e 2020) e os resultados provisórios dos censos de 2021 (no caso dos indicadores de 2021).

6.2 - Indicadores de natureza financeira

Os indicadores que a seguir se apresentam têm por finalidade proporcionar uma leitura da situação financeira do município.

Indicador		31-12-2020	31-12-2021
Liquidez geral	$\frac{(\text{Ativo Corrente}) /}{(\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos cp} - \text{OTGC})}$	3,65	4,27
Liquidez reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}) /}{(\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos cp} - \text{OTGC})}$	3,46	4,08
Endividamento	$\frac{(\text{Passivo} - \text{Diferimentos} - \text{OTGC}) /}{(\text{Património Líquido} + \text{Passivo} - \text{Diferimentos} - \text{OTGC})}$	0,07	0,08
Estrutura do Endividamento	$\frac{(\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos cp} - \text{OTGC}) /}{(\text{Passivo} - \text{Diferimentos} - \text{OTGC})}$	0,57	0,65
Solvabilidade	$\text{Ativo} / \text{Passivo}$	7,67	8,03
Autonomia Financeira	$\text{Património Líquido} / \text{Ativo}$	0,87	0,88

OTGC - operações de tesouraria, garantias e cauções

Os rácios apresentados demonstram a manutenção de uma boa situação financeira.

Os indicadores de liquidez relativos ao final 2021 permitem-nos aferir uma situação de tesouraria bastante confortável, que ainda melhorou quando comparada com o ano transato.

Conforme se pode constatar pelos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia detém uma boa solidez financeira e uma grande capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Os rácios de endividamento permitem-nos ter a perceção do grau de utilização de capital alheio para financiar a atividade municipal, bem como, o peso das dívidas de curto prazo no endividamento municipal.

7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

À data em que as Contas são prestadas, mantém-se o surto de Covid-19 que foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso país onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. O Município de Odemira adotou as medidas de prevenção adequadas à contenção da doença de acordo com as indicações da Direção Geral de Saúde (DGS) tendo sido elaborados Planos de Contingência relativos ao funcionamento interno da Autarquia, bem como, à comunidade residente no concelho.

Uma vez que este surto tem um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades públicas, as implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Esta situação que afetou as Contas de 2020 e 2021, levará o Município a incorrer em novas despesas em 2022, tendo em conta necessidades de proteção adicionais, bem como, apoios a empresas e à população em geral.

À data em que as Contas são prestadas persiste o conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado no final de fevereiro de 2022, com um impacto social e económico que se prevê relevante e com implicações no relato financeiro que podem ser significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Esta situação levará, por certo, o Município a incorrer em despesas não previstas em 2022, dado o aumento dos preços das matérias-primas, combustíveis e energia.

Importa também referir que, em abril de 2022, o Município aceitou competências na área da Educação, prevendo-se que assuma, em junho de 2022, competências na Ação Social. Estas competências obrigarão a um esforço acrescido do Município e terão impacto nas Contas Municipais.

As Contas do Município relativas a 2021 foram preparadas com base no pressuposto contabilístico da continuidade, que se mantém apropriado.

8 – Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o resultado líquido de 2021 (no montante de 2.396.230,89€) seja distribuído da seguinte forma:

Distribuição de Resultados 2021	2.396.230,89 €
reservas legais	119.811,54 €
resultados transitados	2.276.419,35 €

Odemira, 8 de abril de 2022